

Massa Crítica

PACS 20
anos
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Fevereiro de
2007
n.º 22

Análise de conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional.

RIO 2007: PAN PARA O POVO OU PARA POUCOS?

Bruno Lopes

Economista/
PACS e Comitê Social do Pan

Quando a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos XV Jogos Pan-Americanos, muito foi dito que isto traria para a cidade benefícios sociais, econômicos, ambientais, esportivos e culturais. No entanto, a menos de sete meses para o início do Pan 2007, o legado prometido para a cidade do Rio de Janeiro após a realização do evento está distante de ser concretizado.

As melhorias no transporte, especialmente a linha 4 do Metrô, que ligaria a Zona Oeste a Zona Sul, não saíram do papel e se tornaram apenas uma promessa de campanha; os estádios, em sua maioria, não estão prontos e só devem ser liberados na véspera da abertura dos Jogos; os recursos públicos direcionados à implementação do Pan passaram de uma previsão de menos de R\$ 1 bilhão de reais, divulgada quando o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos, para mais de R\$ 4 bilhões de reais, incluindo aí as três esferas de governo.

Grave também é a implementação de um modelo de Pan que vem se adequar ao modelo de 'cidade-empresa' vigente em nossa cidade. Espaços públicos ou estão sendo privatizados ou correm risco de serem, sendo a realização do Pan usada como desculpa. Neste cenário, enquadram-se o Rio-Centro, o Estádio de Remo da Lagoa que, pelo projeto, tornar-se-á um mini-shopping com 6 salas de cinema, restaurantes e estacionamento para 250 carros, e a marina da Glória, que seria ampliada avançando sobre a área pública do Aterro do Flamengo para a construção de garagens de lanchas, centro de convenções e restaurantes. Não custa lembrar que tanto o Estádio de Remo quanto o Aterro do Flamengo são áreas tombadas. Em 2006, foram realizadas 3 manifestações em ambos os espaços, em protesto à transformação destes patrimônios públicos em áreas privadas com finalidade comercial.



Outras duas obras polêmicas são a construção de Arenas dentro do Autódromo e a construção do Estádio Olímpico de Engenho de Dentro. No primeiro caso, o Autódromo Nelson Piquet, único em nossa cidade, foi mutilado para a construção de duas Arenas e um Velódromo, inviabilizando competições automobilísticas de grande nível. Comprovando uma total falta de planejamento, corre-se o risco de termos para o Pan um ginásio construído com dinheiro público em pleno Autódromo, e não termos o Ginásio do Maracanãzinho reformado para a realização de competições durante o Pan.

Já o Estádio Olímpico foi orçado inicialmente em R\$ 166 milhões, mas o valor atual chega a R\$ 350 milhões. O Centro Olímpico de Desenvolvimento de Atletas, que seria um anexo do Estádio, não será mais construído e as ruas ao redor do Estádio são estreitas, além de fazerem parte de um bairro totalmente habitado, sem condições de oferecer a infra-estrutura e segurança necessárias para um grande público. As obras que seriam realizadas no entorno e que preocupavam a comunidade local, que temia as desapropriações, não serão mais realizadas. Isso gerou um novo problema, uma vez que a estrutura viária para o acesso é precária. Outro fato importante em relação a esta obra é a ameaça de desapropriação da tradicional Escola Técnica Silva Freire, para dar lugar a um dos acessos ao Estádio. A escola tem 108 anos de existência e já formou mais de 10 mil alunos/as, tendo atualmente cerca de 1.300 estudantes. Ainda não foi decidido se a Escola será desapropriada ou se apenas

o seu campo de futebol, uma vez que a opção de deixar a escola como está, ou melhor, modernizá-la, tendo em vista o legado do Pan, não foi cogitada pelas autoridades.

Exclusão Social



No tocante à habitação, era de se esperar que a construção da Vila Pan-americana fosse direcionada para amenizar o déficit habitacional em nossa cidade. De acordo com a Fundação CIDE, em todo o Estado, esse déficit alcança 293.848 moradias, representando quase 1,2 milhão de pessoas, grande parte na capital. A obra foi viabilizada com recursos federais a juros mínimos, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Não bastasse isso, o Governo Federal pagará um aluguel pelo uso dos domicílios por parte dos atletas durante os 15 dias do evento. Vale lembrar que em Pan-Americanos como o de Havana, em 1991, por exemplo, os trabalhadores que construíram a Vila ficaram com os apartamentos após o evento.

Ao encontro deste modelo privatista e excludente, comunidades da Zona Oeste sofrem com a política de exclusão, que se sobressai, ao invés de uma política de

inclusão visto a chegada do Pan. A proximidade do evento gera dor de cabeça a essas comunidades ao serem constantemente ameaçadas de expulsão por parte do poder público municipal, sendo as ínfimas indenizações, muitas vezes, financiadas com dinheiro privado de construtoras, como foi o caso das comunidades Arroio Pavuna e Canal do Cortado.

Legado Social

Um projeto de legado social para a cidade sede é um dos importantes fatores que definem a escolha de uma cidade como anfitriã de um Pan-Americano. No caso do Rio, o prometido legado social é refletido na Agenda Social, publicada no Diário Oficial, em 2004. Consiste em uma série de 43 metas sociais a serem alcançadas até 2007, divididas em 6 grandes eixos: Crianças e Adolescentes, Jovens, Idosos, Mulheres e Gênero, Portadores de Deficiência e População em extremo risco social. Dentre as metas, destacam-se¹:

- ✓ Pré-escola – Universalização do atendimento até 2007 (120.000 matrículas).
- ✓ Creches – Ampliar atendimento para 70.000 em 2007 e 100.000 em 2012.
- ✓ Ampliar ensino fundamental para jovens e adultos de forma a alcançar, pelo menos, 45.000 beneficiários em 2007 e 70.000 em 2012.

¹ A versão completa da Agenda Social com todas as metas pode ser vista em <http://br.geocities.com/fporj/>

- ✓ Garantir a identificação e atendimento a 100% das gestantes nas áreas priorizadas pela Agenda Social, assim como acesso a exames pré-natais e atendimento ao parto.
- ✓ Adaptar, para acessibilidade de portadores de deficiência, 100% dos prédios das instituições públicas municipais até 2007.
- ✓ Promover a urbanização, através dos programas Favela-Bairro e Morar Legal, de 50% das comunidades carentes até 2007, e de 100% até 2012, de forma a integrar tais comunidades aos bairros.
- ✓ Estruturar programas de geração de trabalho e renda em todas as comunidades com IDH menor que 0.75 até 2007, e em todas com IDH até 0.80 em 2012.
- ✓ Implantar projetos elaborados pelo Fórum 21, prioritariamente, nas comunidades com IDH abaixo de 0,80, sendo 100 projetos até 2007 e 225 até 2012. (Agenda 21)

O cumprimento destas metas proporcionariam um grande avanço no tocante às questões sociais da cidade. Contudo, o que se verifica na realidade é que elas não estão sendo executadas. Um estudo publicado pelo Fórum Popular do Orçamento, em sua coluna no mês de Maio², mostrou que os programas de trabalho do Orçamento Municipal referentes a estas metas contidas na Agenda Social não estão sendo realizados, ou não estão a contento. Um exemplo é a redução da dotação empregada no Programa Favela-Bairro, nos últimos anos,

² A coluna na íntegra pode ser conferida em: <http://br.geocities.com/fporj2/JEMAIO2006>

contrastando com a meta do programa citada acima.

Segurança Pública no Pan

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela organização do Pan, seja no que se refere ao estouro no orçamento ou ao atraso no calendário das obras, o que está em pauta na mídia atualmente é a política de segurança dos Jogos.

Assim como os legados na área de transporte, foi prometido que a área de segurança da cidade ganharia muito com a realização dos Jogos. Novas viaturas, maior número de câmeras espalhadas pela cidade em um espécie de 'Big Brother', chegou-se a comentar um possível cercamento da linha vermelha e uma provável ocupação das favelas. Além disso, foi publicado pelo Jornal O GLOBO, em 24 de julho de 2005, que "o plano de segurança dos Jogos Pan-Americanos de 2007, sob análise do Ministério da Defesa, prevê a transformação dos locais de competição em áreas super-protegidas contra ataques de terroristas, traficantes ou simples manifestações de descontentes com os Jogos". O mesmo jornal publicou em 26 de novembro de 2006 que sindicatos e movimentos populares estão sendo monitorados para que fosse coibido qualquer tipo de greve ou manifestação durante o Pan. Tudo isso divulgado com a maior naturalidade.

Esta semana chegaram ao Rio cerca de 500 policiais da Força Nacional de Segurança, que permanecerão na cidade até a realização do Pan e farão a segurança nas divisas do Estado.

Paralelamente, as milícias que antes estavam concentradas na área do Pan – Zona Oeste – se espalharam e atualmente ocupam comunidades nas margens da linha vermelha. Coincidentemente ou não, a expansão destas milícias seguiu o roteiro do Pan, trajeto entre o aeroporto internacional e as áreas da cidade onde ocorrerão as competições.

Cabe a pergunta: o aumento no número de policiais nas ruas aumentará efetivamente a segurança da população, ou aumentará apenas a sensação de segurança que será transmitida durante os Jogos?

Comitê Social do Pan³

Em abril de 2005, o PACS e outras entidades, associações de moradores, unidades acadêmicas e grupos de esportistas criaram o Comitê Social do Pan. Este grupo foi criado com a intenção de intervir criticamente na implementação dos Jogos Pan-Americanos no município do Rio de Janeiro, abrindo-o ao debate com segmentos da sociedade civil organizada e com a população diretamente afetada.

Ao longo desse tempo, o Comitê tem atuado de diversas formas, na tentativa de mostrar o outro lado da implementação do Pan em nossa cidade e garantir que haja um legado real para a população carioca.

Entre as atividades estão a articulação de reuniões entre os grupos diretamente

³ <http://br.geocities.com/fporj/>

afetados pelo Pan com o Poder Público, a realização de manifestações, a produção de material informativo e a divulgação de informações na grande mídia e mídia alternativa, sempre mantendo uma linha crítica, porém, não contrária à realização dos Jogos.

O desafio agora é ver como nos preparamos na luta para que os equipamentos públicos, construídos com dinheiro público, fiquem sob domínio público, e também ver de que forma nos articulamos mais amplamente para não deixar que nossa Cidade se transforme em um grande shopping center para apenas um pequena parte da população. A Cidade tem que ser de todos e todas. É neste sentido que pautamos nosso trabalho.



Fotos: Márcia Danielli e Bruno Lopes.



Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro/RJ

CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124

Caixa Postal: 7508 CEP: 20241- 970

Sítio: www.pacs.org.br - Cor. Eletr. pacs@pacs.org.br

Associada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - desde 1991

Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da União de 18/12/2003.

Utilidade Pública Estadual – Diário Oficial de 02/06/2003 – Lei nº 4.108.

Utilidade Pública Municipal – Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 – Lei nº 3832 de 09/09/2004

Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município de 28/10/2003.

Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

Os parceiros

Ação Quaresmal (Suíça)

Christian Aid (Reino Unido)

DKA (Áustria)

FPH (França)

Instituto Marista de Solidariedade (Brasil)

SCIAF (Escócia)

TRÓCAIRE (Irlanda)